

Demonstrativos Contábeis Consolidados e Notas Explicativas

2º Trimestre de 2020

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Coordenação-Geral de Contabilidade

Brasília, 31 de julho de 2020.

Sumário

APRESENTAÇÃO	4
Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	4
Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	4
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS	7
Balanco Patrimonial.....	7
Demonstrações das Variações Patrimoniais	9
Balanco Orçamentário.....	11
Balanco Financeiro – Ingressos.....	13
Balanco Financeiro – Dispêndios	14
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	15
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	16
NOTAS EXPLICATIVAS	17
Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP	17
Nota 02 – Bens Imóveis – BP.....	18
Nota 03 – Demais Obrigações a Curto Prazo - BP.....	20
Nota 04 – Resultados de Exercícios Anteriores – BP	20
Nota 05 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos - DVP	21
Nota 06 – Pessoal e Encargos - DVP	23
Nota 07 – Desincorporação de Ativos – DVP.....	23
Nota 08 – Demais Receitas Patrimoniais – BO	24
Nota 09 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO	24
Nota 10 – Resultado Orçamentário – BO.....	25
Nota 11 – Despesas de Pessoal e Encargos Sociais – BO.....	26
Nota 12 – Transferências Intragovernamentais – BF	27
Nota 13 – Segurança Pública – DFC	28
Nota 14 – Aquisição de Ativo não Circulante - DFC.....	29
Nota 15 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL	31

APRESENTAÇÃO

Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis (DCONs) do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 8ª edição e o Manual Siafi, ambos da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

As DCONs foram elaboradas a partir das informações constantes no Siafi, e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis das unidades do órgão 30000 – MJSP.

As estruturas e a composição das DCONs de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP)
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)
- Balanço Orçamentário (BO)
- Balanço Financeiro (BF)
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
- Notas Explicativas (NE)

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito do MJSP, levando em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Moeda funcional e saldos em moedas

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira devem ser convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Atualmente não existem saldos em moeda estrangeira no MJSP.

Caixa e equivalentes de caixa

Expressam dinheiro em caixa na conta única e demais depósitos bancários e aplicação de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no Banco Central do Brasil e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União, inclusive do fundo e da fundação. No MJSP, ela é representada pela Conta Única Recursos Tesouro Nacional.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, no MJSP, com dívida ativa não tributária. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Atualmente não são constituídos ajustes para perdas dos créditos. Compreendem, ainda, outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: (i) adiantamentos da folha de pagamento dos servidores; (ii) créditos por dano ao patrimônio; (iii) créditos a receber decorrentes de infrações; e (iv) adiantamentos de repasse por termos de execução descentralizada. Os estoques, que são avaliados e mensurados da seguinte forma: (i) nas entradas, pelo valor de aquisição ou produção/construção; e (ii) nas saídas, pelo custo médio ponderado.

Ativo realizável a longo prazo

Compreendem os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) dívida ativa não tributária; (ii) créditos a receber decorrentes de infração e (iii) crédito por dano ao patrimônio. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original, porém não são acrescidos das atualizações e correções

monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações.
Não são realizados os ajustes para perdas.

Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido, a princípio, com base no valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se tais gastos não gerarem benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

Como regra geral a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União - SPIUnet, que é gerido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014.

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

- I - Atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;
- II - Reavaliados, aqueles nos quais:

- seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, é apurado mensal e automaticamente pelo sistema sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle, expressa na seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação
n = vida útil da acessão
x = vida útil transcorrida da acessão

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível

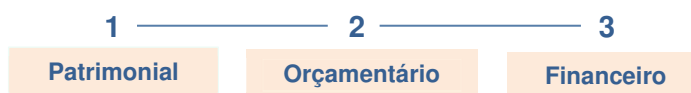
Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, no MJSP são os softwares, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção. Não são deduzidos os saldos da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) em razão de limitações no sistema de gestão patrimonial.

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) fornecedores e contas a pagar e (iii) demais obrigações.

Apuração do resultado

No modelo PCASP, é possível a apuração dos seguintes resultados:



1. Resultado patrimonial

A confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) implica a apuração do resultado patrimonial.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e às transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com a contabilidade aplicada ao setor público.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e às transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido de acordo com o modelo PCASP.

2. Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, compõem o exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

3. Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Balço Patrimonial

R\$ milhares

ATIVO	NE	30/06/2020	31/12/2019
ATIVO CIRCULANTE		4.180.317	3.951.155
Caixa e Equivalentes de Caixa	01	2.658.538	2.354.988
Créditos a Curto Prazo		1.404.098	-
Demais Créditos e Valores		1.404.098	1.506.365
Estoques		117.606	89.801
VPDs Pagas Antecipadamente		75	1
ATIVO NÃO CIRCULANTE		112.052.893	112.429.063
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.386.656	3.256.069
Créditos a Longo Prazo		3.386.656	2.189.168
Dívida Ativa Não Tributária		2.475.937	2.189.168
Demais Créditos e Valores		910.719	1.066.901
Investimentos		22	22
Propriedades para Investimento		18	18
Propriedades para Investimento		18	18
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Demais Investimentos Permanentes		4	4
Imobilizado		108.422.341	108.952.048
Bens Móveis		2.889.320	2.819.943
Bens Móveis		3.878.274	3.714.740
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(988.955)	(894.797)
Bens Imóveis	02	105.533.022	106.132.105
Bens Imóveis		105.572.239	106.170.637
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis		(39.217)	(38.532)
Intangível		243.874	220.924
Softwares		243.742	220.792
Softwares		253.060	224.226
(-) Amortização Acumulada de Softwares		(9.318)	(3.435)
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		133	133
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		133	133
TOTAL DO ATIVO		116.233.210	116.380.218
PASSIVO	NE	30/06/2020	31/12/2019
PASSIVO CIRCULANTE		1.355.247	1.374.656
Obrigações Trab., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo		887.926	841.593
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		23.405	15.542
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		0	2
Demais Obrigações a Curto Prazo	03	443.916	517.519
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.649	3.575
Obrigações Trabalh. Previd. e Assist. a Pagar de Longo Prazo		2.004	2.004
Provisões a Longo Prazo		39	39
Demais Obrigações a Longo Prazo		1.606	1.532
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		1.358.896	1.378.231
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		114.874.314	115.001.987
Demais Reservas		2.501	2.501
Resultados Acumulados		114.871.813	114.999.485
Resultado do Exercício		(278.228)	4.608.689
Resultados de Exercícios Anteriores	04	114.999.485	110.406.571
Ajustes de Exercícios Anteriores		150.556	(15.775)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		116.233.210	116.380.218

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO	2020	2019	PASSIVO	2020	2019
Ativo Financeiro	2.658.653	2.355.097	Passivo Financeiro	7.428.267	4.415.324
Ativo Permanente	113.574.557	114.025.121	Passivo Permanente	252.178	296.824
			Saldo Patrimonial	108.552.766	111.668.070

QUADRO DE COMPENSAÇÕES				
ATIVO				
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	NE	2020	2019	
Saldo dos Atos Potenciais Ativos		254.553	241.931	
Atos Potenciais Ativos		254.553	241.931	
Garantias e Contragarantias Recebidas		214.349	196.718	
Direitos Conveniados e Outros Instr. Congêneres		40.122	45.131	
Direitos Contratuais		82	82	
TOTAL		254.553	241.931	

QUADRO DE COMPENSAÇÕES				
PASSIVO				
Saldo dos Atos Potenciais Passivos	NE	2020	2019	
Saldo dos Atos Potenciais Passivos		4.486.546	4.461.979	
Atos Potenciais Passivos		4.486.546	4.461.979	
Garantias e Contragarantias Concedidas		28	28	
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos		2.308.677	2.484.045	
Obrigações Contratuais		2.177.841	1.977.907	
TOTAL		4.486.546	4.461.979	

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT /DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	(2.110.400)
Recursos Vinculados	(2.659.214)
Educação	303
Seguridade Social (Exceto Previdência)	(202.163)
Previdência Social (RPPS)	(380.271)
Dívida Pública	(1.604.613)
Alienação de Bens e Direitos	30.849
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	(503.320)
Outros Recursos Vinculados	0,45
TOTAL	(4.769.614)

Demonstrações das Variações Patrimoniais

R\$ milhares

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	NE	30/06/2020	30/06/2019
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		254.526	542.974
Taxas		254.526	542.974
Contribuições		-	(60)
Contribuições Sociais		-	(60)
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		36.753	32.951
Venda de Mercadorias		0	7
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		36.753	32.944
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		36.147	48.183
Juros e Encargos de Mora		2.675	1.455
Variações Monetárias e Cambiais		-	80
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações		33.473	46.648
Transferências e Delegações Recebidas		24.025.803	17.640.375
Transferências Intragovernamentais		23.901.340	17.523.075
Outras Transferências e Delegações Recebidas		124.463	117.300
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	05	956.977	11.064.576
Reavaliação de Ativos		425.864	4.848.777
Ganhos com Alienação		20.715	36.202
Ganhos com Incorporação de Ativos		460.250	6.151.547
Ganhos com Desincorporação de Passivos		50.148	28.051
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		784.096	717.963
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar		-	1
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		784.096	717.962
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		26.094.303	30.046.963

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	NE	30/06/2020	30/06/2019
Pessoal e Encargos	06	3.769.940	3.616.301
Remuneração a Pessoal		2.967.517	2.894.570
Encargos Patronais		615.654	519.046
Benefícios a Pessoal		176.822	200.252
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		9.946	2.433
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		2.204.517	2.084.943
Aposentadorias e Reformas		1.594.395	1.541.057
Pensões		560.159	540.577
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		49.963	3.309
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		1.028.494	990.222
Uso de Material de Consumo		175.090	97.280
Serviços		737.956	785.280
Depreciação, Amortização e Exaustão		115.448	107.661
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		39.746	83.215
Juros e Encargos de Mora		201	205
Variações Monetárias e Cambiais		5	2
Descontos Financeiros Concedidos		39.541	83.008
Transferências e Delegações Concedidas		17.955.755	12.397.647
Transferências Intragovernamentais		16.942.810	12.186.292
Transferências Intergovernamentais		761.017	25.155
Transferências ao Exterior		7.390	7.283
Execução Orçamentária Delegada a Entes		25	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas		244.512	178.917
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		1.328.779	6.938.712
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		536.795	1.715.082
Perdas com Alienação		-	2.509
Perdas Involuntárias		3.407	7.774
Incorporação de Passivos		9.877	155.988
Desincorporação de Ativos	07	778.699	5.057.358
Tributárias		2.112	2.847
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.630	1.907
Contribuições		482	939
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		43.188	22.934
Premiações		-	17
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		43.188	22.918
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		26.372.532	26.136.819
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		(278.228)	3.910.144

Balanco Orçamentário

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

30/06/2020
R\$ milhares

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES		4.312.895	4.312.895	1.958.955	(2.353.940)
Receitas Tributárias		748.423	748.423	178.168	(570.255)
Taxas		748.423	748.423	178.168	(570.255)
Receitas de Contribuições		48	48	200	152
Contribuições Sociais		48	48	200	152
Receita Patrimonial		1.766.994	1.766.994	863.922	(903.072)
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		381	381	85	(297)
Valores Mobiliários		91.033	91.033	34.957	(56.057)
Demais Receitas Patrimoniais	08	1.675.580	1.675.580	828.880	(846.700)
Receitas de Serviços		51.561	51.561	36.642	(14.919)
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		51.561	51.561	36.642	(14.919)
Transferências Correntes		-	-	(1)	(1)
Outras Receitas Correntes		1.745.870	1.745.870	880.024	(865.845)
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	09	1.653.729	1.653.729	755.667	(898.062)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		0	0	4.791	4.791
Bens, Direitos e Valores Incorp. ao Patrim. Público		87.606	87.606	116.979	29.373
Demais Receitas Correntes		4.535	4.535	2.588	(1.947)
RECEITAS DE CAPITAL		4.051.734	4.051.734	0	(4.051.734)
Operações de Crédito		4.051.734	4.051.734	0	(4.051.734)
Operações de Crédito Internas		4.051.734	4.051.734	0	(4.051.734)
SUBTOTAL DE RECEITAS		8.364.629	8.364.629	1.958.955	(6.405.674)
DEFICIT	10	-	-	9.195.723	9.195.723
TOTAL		8.364.629	8.364.629	11.154.678	2.790.049
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT				1.090.941	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		14.977.623	15.388.015	10.567.305	6.705.382	5.795.793	4.820.710
Pessoal e Encargos Sociais	11	11.215.914	11.015.392	8.146.255	5.650.404	4.816.477	2.869.136
Outras Desp. Correntes		3.761.708	4.372.623	2.421.050	1.054.978	979.316	1.951.574
DESPESAS DE CAPITAL		1.864.052	2.509.327	587.373	390.032	337.327	1.921.954
Investimentos		1.855.971	2.501.247	587.373	390.032	337.327	1.913.873
Inversões Financeiras		8.080	8.080	-	-	-	8.080
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		1.119.304	845.895	-	-	-	845.895
TOTAL		17.960.978	18.743.237	11.154.678	7.095.414	6.133.120	7.588.559

Anexo 1 – Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Não Processados

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dez. do exercício anterior	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		159.026	673.412	325.707	323.527	87.650	421.261
Pessoal e Encargos Sociais		15.089	43.805	3.726	3.718	726	54.450
Outras Despesas Correntes		143.937	629.607	321.981	319.809	86.924	366.811
DESPESAS DE CAPITAL		637.495	1.864.580	621.493	601.562	35.228	1.865.285
Investimentos		635.765	1.864.580	621.493	601.562	35.228	1.863.555
Inversões Financeiras		1.730	-	-	-	-	1.730
TOTAL		796.521	2.537.992	947.199	925.090	122.878	2.286.546

Anexo 2 – Demonstrativo de Execução Restos a Pagar Processados e Não Processados Liquidados

Despesas Orçamentárias	NE	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior	Pagos	Cancelados	Saldo
DESPESAS CORRENTES		22.065	807.216	805.195	781	23.305
Pessoal e Encargos Sociais		16.761	742.787	741.463	57	18.028
Outras Despesas Correntes		5.304	64.429	63.731	724	5.277
DESPESAS DE CAPITAL		64.384	156.572	11.489	150.968	58.498
Investimentos		64.384	156.572	11.489	150.968	58.498
TOTAL		86.448	963.787	816.684	151.749	81.803

Balanco Financeiro – Ingressos

R\$ milhares			
INGRESSOS	NE	30/06/2020	30/06/2019
Receitas Orçamentárias		1.958.955	1.565.247
Ordinárias		-	-
Vinculadas		2.079.978	1.687.163
Seguridade Social (Exceto Previdência)		35.414	9.276
Alienação de Bens e Direitos		690	3.720
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		2.043.873	1.674.167
Recursos a Classificar		1	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária		(121.023)	(121.916)
Transferências Financeiras Recebidas	12	23.901.340	17.519.556
Resultantes da Execução Orçamentária		21.526.968	16.006.984
Cota Recebida		7.440.396	5.445.699
Repasso Recebido		7.026.663	5.147.507
Sub-repasso Recebido		7.049.450	5.338.682
Repasso Devolvido		2.950	30.504
Sub-repasso Devolvido		7.509	44.591
Independentes da Execução Orçamentária		2.374.372	1.512.572
Transferências Recebidas para Pagamento de RP		2.144.738	1.294.908
Demais Transferências Recebidas		13.307	12.394
Movimentação de Saldos Patrimoniais		216.327	205.269
Recebimentos Extraorçamentários		5.054.886	6.550.146
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		962.294	862.886
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		4.059.264	4.737.041
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		29.711	55.097
Outros Recebimentos Extraorçamentários		3.617	895.122
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		3.546	2.204
Restituições a Pagar		69	221
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		2	19
Arrecadação de Outra Unidade		-	13.976
Demais Recebimentos		-	878.702
Saldo do Exercício Anterior		2.354.988	2.384.084
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.354.988	2.384.084
TOTAL		33.270.169	28.019.034

Balço Financeiro – Dispêndios

		R\$ milhares	
DISPÊNDIOS	NE	30/06/2020	30/06/2019
Despesas Orçamentárias		11.154.678	11.047.206
Ordinárias		4.305.174	6.656.936
Vinculadas		6.849.505	4.390.269
Seguridade Social (Exceto Previdência)		1.327.477	1.922.364
Previdência Social (RPPS)		1.532.010	1.313.428
Receitas Financeiras		-	1.057
Dívida Pública		1.739.809	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		2.250.209	1.153.422
Transferências Financeiras Concedidas	12	16.942.575	13.040.472
Resultantes da Execução Orçamentária		14.145.984	10.409.598
Repasso Concedido		7.082.127	4.935.435
Sub-repasso Concedido		7.049.450	5.338.682
Cota Devolvida		3.948	59.586
Repasso Devolvido		2.950	31.304
Sub-repasso Devolvido		7.509	44.591
Independentes da Execução Orçamentária		2.796.592	2.630.874
Transferências Concedidas para Pagamento de RP		1.506.371	981.003
Demais Transferências Concedidas		8.810	8.173
Movimento de Saldos Patrimoniais		1.281.411	1.641.699
Pagamentos Extraorçamentários		2.514.378	1.353.311
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		816.684	742.541
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		925.090	567.993
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		25.169	42.778
Outros Pagamentos Extraorçamentários		747.436	-
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		747.127	-
Valores Compensados		6	-
Demais Pagamentos		304	-
Saldo para o Exercício Seguinte		2.658.538	2.578.044
Caixa e Equivalentes de Caixa		2.658.538	2.578.044
TOTAL		33.270.169	28.019.034

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

R\$ milhares

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – OFSS	NE	30/06/2020	30/06/2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		735.914	516.543
INGRESSOS		25.890.077	20.031.392
Receita Tributária		178.168	379.574
Receita de Contribuições		200	248.849
Receita Patrimonial		828.964	128
Receita de Serviços		36.642	32.784
Remuneração das Disponibilidades		34.957	46.648
Outras Receitas Derivadas e Originárias		880.024	855.839
Transferências Recebidas		(1)	-
Outras Transferências Recebidas		(1)	-
Outros Ingressos Operacionais		23.931.122	18.467.571
Ingressos Extraorçamentários		29.711	55.097
Restituições a Pagar		69	221
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		2	19
Transferências Financeiras Recebidas		23.901.340	17.519.556
Arrecadação de Outra Unidade		-	13.976
Demais Recebimentos		-	878.702
DESEMBOLSOS		(25.154.162)	(19.514.849)
Pessoal e Demais Despesas		(6.142.050)	(5.878.241)
Judiciário		-	(33)
Essencial à Justiça		-	(117)
Administração		(89.357)	(86.436)
Segurança Pública	13	(3.731.030)	(3.558.206)
Previdência Social		(2.061.527)	(1.986.038)
Educação		(9)	(19)
Cultura		(108)	(127)
Direitos da Cidadania		(197.956)	(218.400)
Agricultura		-	(37)
Encargos Especiais		(65.609)	(31.031)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		3.546	2.204
Transferências Concedidas		(1.296.932)	(553.358)
Intergovernamentais		(673.042)	(26.326)
A Estados e/ou Distrito Federal		(663.650)	(25.409)
A Municípios		(9.393)	(917)
Intragovernamentais		(610.910)	(519.400)
Outras Transferências Concedidas		(12.980)	(7.632)
Outros Desembolsos Operacionais		(17.715.180)	(13.083.250)
Dispêndios Extraorçamentários		(25.169)	(42.778)
Transferências Financeiras Concedidas		(16.942.575)	(13.040.472)
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade		(747.127)	-
Valores Compensados		(6)	-
Demais Pagamentos		(304)	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(432.365)	(322.582)
INGRESSOS		-	1.427
Alienação de Bens		-	1.427
DESEMBOLSOS		(432.365)	(324.009)
Aquisição de Ativo Não Circulante	14	(407.382)	(266.511)
Outros Desembolsos de Investimentos		(24.983)	(57.498)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		303.550	193.960
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		2.354.988	2.384.084
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		2.658.538	2.578.044

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

R\$ milhares

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2019		-	-	-	-	2.501	110.406.576	-	-	110.409.077
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	(12.138)	-	-	(12.138)
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-	(3.642)	-	-	(3.642)
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	4.608.689	-	-	4.608.689
Saldo Final do Exercício 2019		-	-	-	-	2.501	114.999.485	-	-	115.001.987

Especificação	NE	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020		-	-	-	-	2.501	114.999.485	-	-	115.001.987
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	-	133.712	-	-	133.712
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos		-	-	-	-	-	16.843	-	-	16.843
Resultado do Exercício		-	-	-	-	-	(278.228)	-	-	(278.228)
Saldo Final do Exercício 2020	15	-	-	-	-	2.501	114.871.813	-	-	114.874.314

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – BP

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por unidade gestora

No 2º trimestre de 2020, a Diretoria Executiva do Departamento Penitenciário Nacional – Depen integrou R\$ 1.060.277 mil (39,88%) dos recursos disponíveis em "Caixa e Equivalentes", seguido da Coordenação de Administração da Polícia Federal e da Diretoria Geral da Polícia Rodoviária Federal, que contemplaram, respectivamente, R\$ 473.792 mil (17,82%) e R\$ 341.408 mil (12,84%). Os referidos órgãos representaram R\$ 1.875.477 mil (70,55%) do total dos recursos disponíveis na referida rubrica contábil. As demais unidades executoras que apresentaram movimentação, as quais somam 134 unidades distintas, englobaram R\$ 783.060 mil (29,45%) desse total, conforme apresentado na "Figura 1" e na "Tabela 1" a seguir.

Cabe ressaltar que a representatividade de 39,88% do Depen deve-se a existência do Funpen - Fundo Penitenciário Nacional, regulamentado pela Lei Complementar nº 79, de 07 de janeiro de 1994.

Figura 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por unidade gestora



Tabela 01 – Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por unidade gestora

R\$ milhares

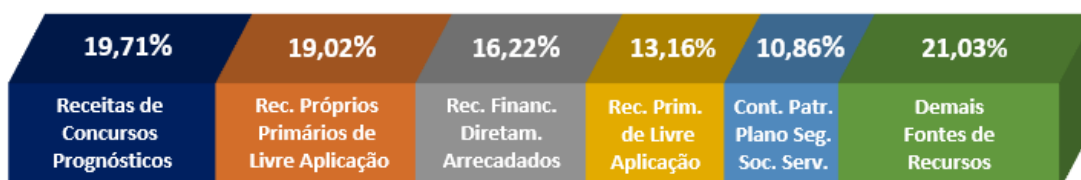
Unidade Gestora	30/06/2020	31/12/2019	AV (%)	AH (%)
200333 - Departamento Penitenciário Nacional	1.060.277	992.784	39,88	6,80
200334 - Polícia Federal	473.792	431.634	17,82	9,77
200230 - Polícia Rodoviária Federal	341.408	298.945	12,84	14,20
Demais Unidades Gestoras Executoras	783.060	631.625	29,45	23,98
Total	2.658.538	2.354.988	100,00	12,89

Fonte: Siafi.

Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte

Em junho de 2020, 78,97% (R\$ 2.099.486 mil) dos recursos financeiros disponíveis em "Caixa e Equivalentes" apresentaram-se distribuídos nas seguintes fontes: 19,71% (R\$ 524.007 mil) em receitas de concursos prognósticos; 19,02% (R\$ 505.667 mil) em recursos próprios primários de livre aplicação; 16,22% (R\$ 431.243 mil) em recursos financeiros diretamente arrecadados; 13,16% (R\$ 349.788 mil) em recursos primários de livre aplicação; e 10,86% (R\$ 288.782 mil) em contribuição patronal para plano de seguridade social. As demais fontes de recursos apresentaram-se distribuídas entre 18 tipos distintos e representam 21,03% (R\$ 559.051 mil) do montante, conforme apresentado na "Figura 2".

Figura 02 – Caixa e Equivalentes de Caixa – composição por fonte



Caixa e Equivalentes de Caixa – Balanço Financeiro e Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Na análise do Balanço Financeiro e Demonstrações dos Fluxos de Caixa, em junho de 2020, os recursos totais disponíveis em "Caixa e Equivalentes de Caixa" foram maiores em R\$ 80.493 mil relativo ao mesmo período de 2019.

Com relação às Demonstrações dos Fluxos de Caixa, na análise de Caixas e Equivalentes, ressaltamos a seguir os principais impactos nos ingressos e saídas. Esclarecemos ainda que o referido conceito de caixa engloba todas as disponibilidades existentes nas contas; sendo elas, de modo geral, caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

Na União, em função da adoção do Princípio da Unidade de Caixa, a "Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa" é igual ao "Resultado Financeiro". No segundo trimestre de 2020, o resultado apurado do Ministério da Justiça e Segurança Pública foi positivo de R\$ 303.550 mil. Destaca-se o crescimento de R\$ 109.589 mil (56,50%) referente a junho de 2019.

Nos fluxos de caixa das atividades operacionais de junho de 2020, as transferências financeiras recebidas representaram 92,32% (R\$ 23.901.340 mil) do total dos ingressos; com destaque, ainda, para o crescimento significativo de 36,43% (R\$ 6.381.784 mil), com relação ao mesmo período de 2019, das referidas transferências. Com relação aos desembolsos, em junho de 2020, houve aumento de 28,90% (R\$ -5.639.313 mil), resultando na queda do resultado negativo já apresentado em 2019, conforme demonstrado na "Tabela 2".

Tabela 02 – Fluxos de Caixa – operações e investimento

Descrição	R\$ milhares				
	30/06/2020	30/06/2019	2020-2019	AV%	AH%
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	735.914	516.543	219.372	242,44	42,47
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento	(432.365)	(322.582)	(109.783)	(142,44)	34,03
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	303.550	193.960	109.589	100,00	56,50

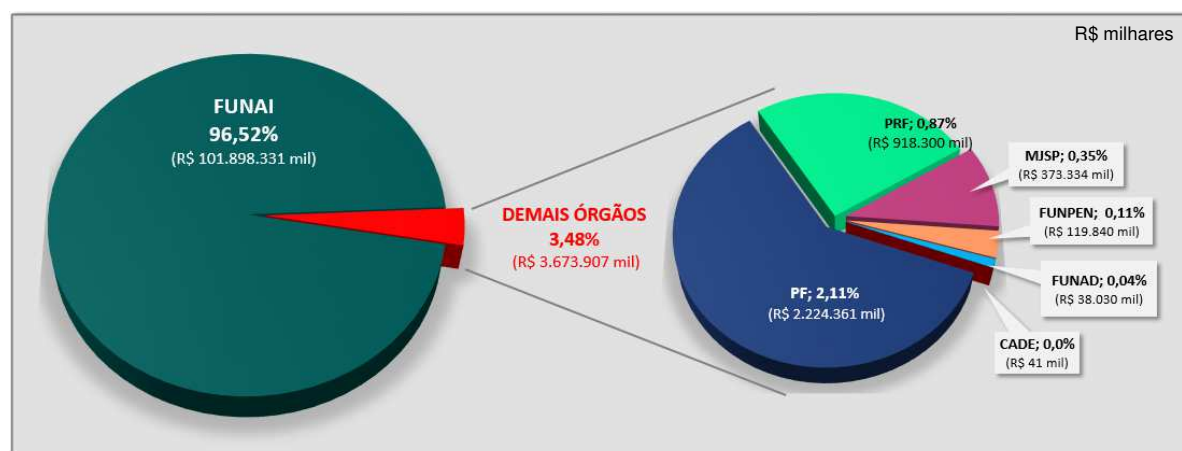
Fonte: Siafi.

Nota 02 – Bens Imóveis – BP

Em 30/06/2020, os bens imóveis do MJSP totalizaram R\$ 105,57 bilhões, representando 90,83% do total do Ativo. O saldo líquido contábil dos bens imóveis, aplicada a depreciação (a redução do valor de um bem pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência) e amortização (decorrente de benfeitorias em imóvel de terceiros cuja utilização se dá por prazo legal ou contratualmente limitado) acumuladas de 0,04%, foi de R\$ 105,53 bilhões.

Nesse contexto, destaca-se a Funai pela alta representatividade entre todos os órgãos vinculados ao MJSP, com R\$ 101,89 bilhões (96,52%), conforme "Figura 2".

Figura 3 – Bens Imóveis – por órgão



De acordo com a "Tabela 2", os bens de uso especial, destinados ao serviço ou estabelecimento da Administração Pública, corresponderam a 99,52% do total dos bens imóveis, perfazendo o montante de R\$105,07 bilhões em 30/06/2020.

Tabela 03 – Composição dos Bens Imóveis – por conta contábil

R\$ milhares

Descrição	30/06/2020	31/12/2019	AV (%)	AH (%)
Bens de Uso Especial	105.069.752	105.685.924	99,52	(0,58)
Bens Imóveis em Andamento	446.826	421.864	0,42	5,92
Instalações	29.318	27.947	0,03	4,91
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	17.145	27.402	0,02	(37,43)
Bens Dominicais	8.631	6.931	0,01	24,52
Demais Bens Imóveis	568	568	0,001	0,00
Subtotal	105.572.239	106.170.637	100,00	(0,56)
Depreciação / Amortização Acumulada	(39.217)	(38.532)	(0,04)	1,78
Total líquido	105.533.021	106.132.105	99,96	(0,56)

Fonte: Siafi.

Destaca-se, como demonstrado na "Tabela 3", a conta Fazendas, Parques e Reservas da Funai, representando 95,36% do total dos bens de uso especial do MJSP.

Tabela 04 - Bens de Uso Especial – por tipo

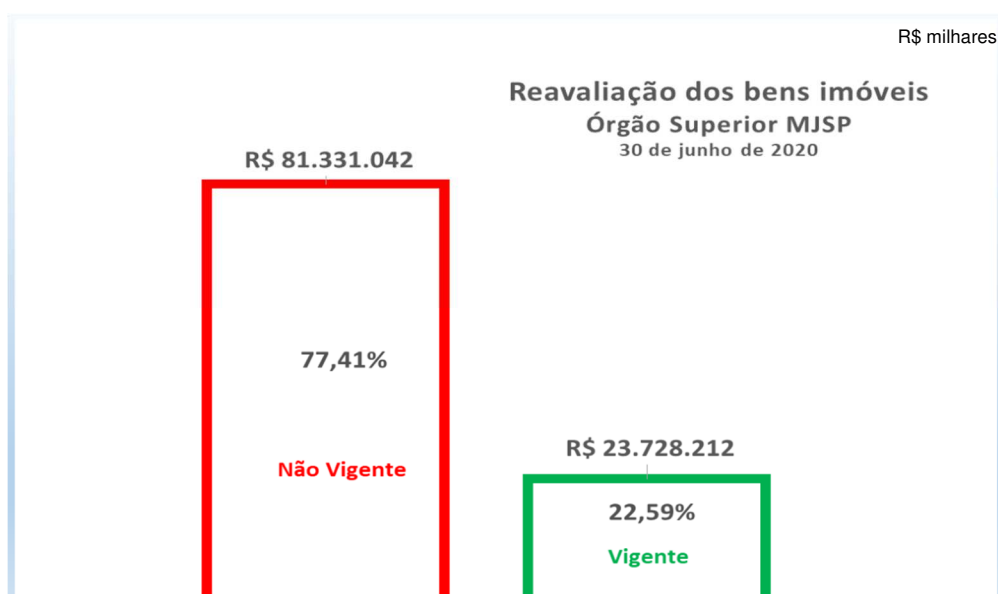
R\$ milhares

Descrição	30/06/2020	31/12/2019	AV (%)	AH (%)
Fazendas, Parques e Reservas	100.214.324	100.940.487	95,38	(0,72)
- Fundação Nacional do Índio FUNAI	100.191.799	100.917.961	95,36	(0,72)
- Fundação Nacional Antidrogas FUNAD	22.526	22.526	0,02	0,00
Edifícios	2.905.382	2.886.573	2,77	0,65
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	928.749	840.728	0,88	10,47
Terrenos, Glebas	843.584	845.357	0,80	(0,21)
Complexos, Fábricas e Usinas	131.053	124.935	0,12	4,90
Imóveis Residenciais e Comerciais	46.659	47.844	0,04	(2,48)
Total dos bens de uso especial	105.069.752	105.685.924	100,00	(0,58)

Fonte: Siafi.

Os bens imóveis de uso especial registrados no SPIUnet totalizaram R\$ 105.059.254 mil. Na Figura 3.1, o MJSP apresentou, até o mês de junho de 2020, a necessidade de reavaliação de 77,41% R\$ 81.331.942 mil desse total.

Figura 3.1 – Reavaliação dos Bens Imóveis de uso especial registrados no SPIUnet

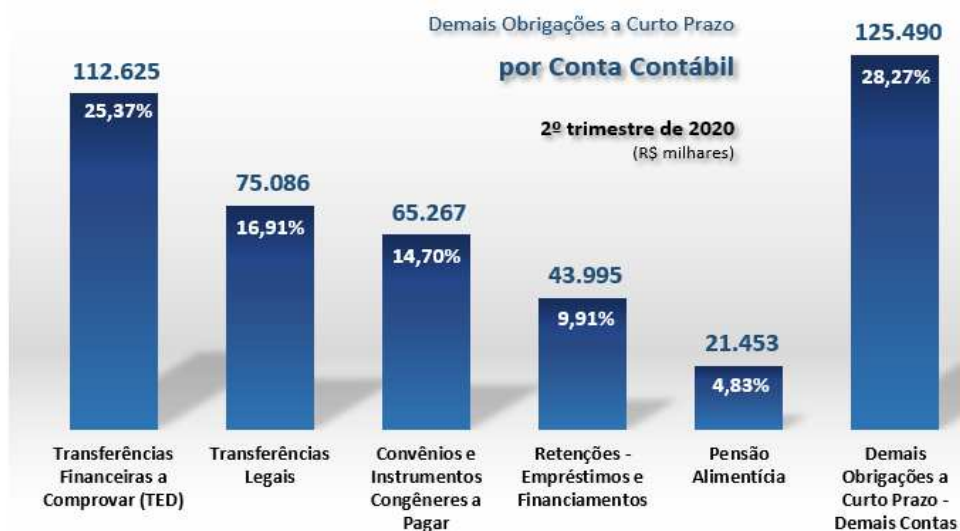


Fonte: Siafi

Nota 03 – Demais Obrigações a Curto Prazo - BP

As "Demais Obrigações a Curto Prazo" registradas no Balanço Patrimonial representaram, no 2º trimestre de 2020, 32,67% (R\$ 443.916 mil) do total do Passivo Exigível e consolidam, pelos valores mais representativos, as transferências financeiras a comprovar relacionadas a Termos de Execução Descentralizada – TED, as transferências legais, os convênios e instrumentos congêneres a pagar, as retenções relativas a empréstimos e financiamentos, pensão alimentícia, depósitos de veículos alienáveis, obrigações com entidades federais, dentre outros.

Figura 04 – Demais Obrigações a Curto Prazo – por conta contábil



Fonte: Siafi.

As Transferências Financeiras a Comprovar – TED são termos de execução descentralizada formalizados entre entidades integrantes da administração pública federal, envolvendo descentralização de crédito, para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho. O saldo passivo em "Demais Obrigações a Curto Prazo" ocorre quando a obrigação de prestar contas, quanto à aplicação de recursos, está pendente.

A conta contábil Transferências Financeiras a Comprovar - TED representou o maior impacto na rubrica, 25,37% (R\$ 112.625 mil), conforme "Figura 4". Sendo que, 44,40% (R\$ 50.000 mil) desse valor é representado pela mútua cooperação firmada entre o Depen (Departamento Penitenciário Nacional) e o FNSP (Fundo Nacional de Segurança Pública) visando a administração de recursos computacionais, desenvolvimento e sustentação de módulos do Sinesp (Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas) do MJSP.

Tabela 05 – Demais Obrigações a Curto Prazo – por órgão

R\$ milhares

Demais Obrigações a Curto Prazo	30/06/2020	31/12/2019	AV (%)	AH (%)
Fundo Nacional de Segurança Pública	147.763	66.781	33,29	121,26
Polícia Rodoviária Federal	106.261	100.495	23,94	5,74
Polícia Federal	76.256	84.232	17,18	(9,47)
Fundo Penitenciário Nacional	48.932	197.851	11,02	(75,27)
Fundação Nacional do Índio	39.446	49.569	8,89	(20,42)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	19.470	15.072	4,39	29,18
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	5.759	3.518	1,30	63,71
Fundo Nacional Antidrogas	28	-	0,01	0,00
Total	443.916	517.519	100,00	(14,22)

Fonte: Siafi

Nota 04 – Resultados de Exercícios Anteriores – BP

Em junho de 2020, o "Resultado de Exercícios Anteriores" representou 100,11% (R\$ 114.999.485 mil) do total do patrimônio líquido; sendo 89,26% (R\$ 102.654.190 mil) decorrentes, prioritariamente, de resultados superavitários, provenientes de exercícios anteriores, decorrentes de reavaliações, incorporações, entre outras valorizações relativas aos bens imóveis da Fundação Nacional do Índio, assim como, imóveis residenciais, edifícios, terrenos e glebas, represas e açudes, fazendas, parques e reservas. Cabe ressaltar que da referida representação da FUNAI, 67,04% (R\$ 68.822.162 mil) do superávit foram registrados nos estados do Mato Grosso e Pará; totalizando, respectivamente, 45,27% (R\$ 46.472.070 mil) e 21,77% (R\$ 22.350.092 mil).

Tabela 06 – Superávits ou Déficits Acumulados – composição por órgão

R\$ milhares

Resultado de Exercícios Anteriores	30/06/2020	31/12/2019	AV %	AH%
Superávits de Exercícios Anteriores				
Fundação Nacional do Índio	102.654.190	98.789.098	89,26	3,91
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	4.184.686	4.212.849	3,64	(0,67)
Departamento de Polícia Federal	3.402.820	3.279.609	2,96	3,76
Departamento e Polícia Rodoviária Federal	1.886.852	1.568.275	1,64	20,31
Fundo Penitenciário Nacional	1.256.990	1.150.180	1,09	9,29
Ministério da Justiça e Segurança Pública	970.594	901.223	0,84	7,70
Fundo Nacional de Segurança Pública	244.863	224.271	0,21	9,18
Fundo Nacional Antidrogas	240.829	144.097	0,21	67,13
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	70.786	50.093	0,06	41,31
Subtotal (A)	114.912.610	110.319.695	99,92	4,16
Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores - Intra OFSS				
Ministério da Justiça e Segurança Pública	86.876	86.876	0,08	0,00
Subtotal (B)	86.876	86.876	0,08	0,00
Total (A+B)	114.999.485	110.406.571	100,00	4,16

Fonte: Siafi.

Nota 05 – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos - DVP

Na análise horizontal da DVP, ou seja, comparado a junho de 2019, o ganho ao final do segundo trimestre de 2020 foi 91,35% (R\$ 10.107.599 mil) inferior nas "Valorizações e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos", cujo impacto atribuiu-se, prioritariamente, a "Ganhos com Incorporação de Ativos", em R\$ -5.691.297 mil, e "Reavaliação de Ativos", em R\$ -4.422.913 mil, sendo as principais justificativas destacadas a seguir.

Com relação aos "Ganhos com Incorporação de Ativos", a maior diferença ante o exercício encerrado de 2019 foi na Polícia Federal, Superintendência Regional no Estado do Amapá, de R\$ 4.916.876 mil, representando 86,39% do decréscimo total dessa rubrica.

Ainda na referida análise horizontal, a "Reavaliação de Ativos" foi inferior no valor de R\$ 4.422.913 mil, referente às reavaliações de bens imóveis, decorrente em 108,97%, R\$ 4.819.749 mil, da Funai, sendo:

- a) R\$ 3.080.940 mil na Coordenação Regional de Xavante/ MT; e
- b) R\$ 1.738.808 mil na Coordenação Regional do Centro-Leste do Pará/PA.

Na análise vertical, ou seja, com relação ao total de "Ganhos com Incorporações de Ativos" em junho de 2020, 85,10% (R\$ 391.651 mil) foram assim registrados:

- a) 47,96% (R\$ 220.719 mil) no Cade;
- b) 26,99% (R\$ 124.226 mil) na Funai - Coordenação Regional de Ji-Paraná, Rondônia; e
- c) 10,15% (R\$ 46.707 mil) no FDDD.

Ainda na análise vertical, 69,16% (R\$ 294.547.649 mil) do resultado de "Reavaliações de Ativos", foram referentes à reavaliação de bens imóveis da Funai, também na Coordenação Regional de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia.

Tabela 07 - Ganhos com Incorporações de Ativos

R\$ milhares

Ganhos com Incorporação de Ativos - por Órgão	30/06/2020	30/06/2019	AV(%)	AH(%)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	215.876.783	741.759.090	47,48	(70,90)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	215.876.783	741.759.090	47,48	(70,90)
Fundação Nacional do Índio	142.072.872	227.911.067	31,25	(37,66)
Coordenação Reg. Kayapo Sul do Pará/PA	37.620	-	0,01	-
Coordenação Reg. Litoral Sudeste/SP	-	1.541.219	0,00	(100,00)
Coordenação Regional Baixo Tocantins/PA	17.809.441	-	3,92	-
Coordenação Regional do Rio Negro/AM	-	52.520.240	0,00	(100,00)
Coordenação Regional Maranhão/MA	-	14.155.920	0,00	(100,00)
Coordenação Regional Sul da Bahia/BA	-	159.508.145	0,00	(100,00)
Funai-Coordenação Regional de Ji-Paraná/RO	124.225.562	100.001	27,32	124.124,32
Funai-Sede Brasília/DF	249	11.682	0,00	(97,87)
Fundação Nacional do Índio - U.O.	-	73.860	0,00	(100,00)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	46.706.809	7.754.649	10,27	502,31
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	46.706.809	7.754.649	10,27	502,31
Polícia Federal	19.326.802	4.964.134.691	4,25	(99,61)
Coordenação de Administração - COAD/DLOG/DPF	964.459	767.491	0,21	25,66
Coordenação de Orçamento e Finanças - COF/DPF	431.125	22.686.423	0,09	(98,10)
Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu	11.555.510	107.798	2,54	10.619,60
Superintendência Regional da Polícia Federal em MG	1.273.596	4.220.496	0,28	(69,82)
Superintendência Regional no Distrito Federal	9.397	108.584	0,00	(91,35)
Superintendência Regional no Estado da BA	418.450	1.086.728	0,09	(61,49)
Superintendência Regional no Estado de RO	622.530	5.245.188	0,14	(88,13)
Superintendência Regional no Estado de RR	878.273	1.791.184	0,19	(50,97)
Superintendência Regional no Estado de SC	23.217	28.935	0,01	(19,76)
Superintendência Regional no Estado de SE	47.312	-	0,01	-
Superintendência Regional no Estado de SP	781.635	2.413.299	0,17	(67,61)
Superintendência Regional no Estado de TO	86.842	3.490.772	0,02	(97,51)
Superintendência Regional no Estado do AM	885.400	-	0,19	-
Superintendência Regional no Estado do AP	-	4.916.875.642	0,00	(100,00)
Superintendência Regional no Estado do ES	870	132.482	0,00	(99,34)
Superintendência Regional no Estado do MA	116.381	1.002.916	0,03	(88,40)
Superintendência Regional no Estado do MS	10.121	305.324	0,00	(96,69)
Superintendência Regional no Estado do MT	-	7.518	0,00	(100,00)
Superintendência Regional no Estado do PA	380.944	2.007.378	0,08	(81,02)
Superintendência Regional no Estado do PR	109.082	8.350	0,02	1.206,37
Superintendência Regional no Estado do RJ	282.841	1.432.610	0,06	(80,26)
Superintendência Regional no Estado do RN	90.000	-	0,02	-
Superintendência Regional no Estado do RS	358.818	415.572	0,08	(13,66)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	18.345.067	83.042.791	4,03	(77,91)
Arquivo Nacional - RJ	420.239	71.018	0,09	491,74
Comissão de Anistia	-	10.915.678	0,00	(100,00)
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas-CGGP	-	71.500	0,00	(100,00)
Coordenação-Geral de Logística e Contratos	275.838	15.509.877	0,06	(98,22)
Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças	-	21.783.888	0,00	(100,00)
Secretaria Nacional de Justiça-SENAJUS	979.520	747.442	0,22	31,05
Secretaria Nacional de Segurança Pública-SENASP	15.633.328	28.625.787	3,44	(45,39)
Secretaria Nacional do Consumidor-SENACON	1.036.142	5.317.602	0,23	(80,51)
Fundo Nacional de Segurança Pública	5.958.872	39.941.564	1,31	(85,08)
Fundo Nacional de Segurança Pública	5.958.872	39.941.564	1,31	(85,08)
Fundo Nacional Antidrogas	2.913.304	107.091.821	0,64	(97,28)
Fundo Nacional Antidrogas	2.913.304	107.091.821	0,64	(97,28)
Fundo Penitenciário Nacional	2.634.743	240.574.042	0,58	(98,60)
Departamento Penitenciário Nacional	-	51.930.345	0,00	(100,00)
Depen-Diretoria Executiva	-	686.804	0,00	(100,00)
Depen-Diretoria de Políticas Penitenciárias	2.634.743	187.889.893	0,58	(98,60)
Penitenciária Federal em Brasília	-	67.000	0,00	(100,00)
Polícia Rodoviária Federal	838.002	9.771.955	0,18	(91,42)

Departamento de Polícia Rodoviária Federal	326.665	6.819.139	0,07	(95,21)
Superintendência Reg. Pol. Rodov. Federal-CE	-	87.216	0,00	(100,00)
Superintendência Reg. Pol. Rodov. Federal-GO	6.304	-	0,00	-
Superintendência Reg. Pol. Rodov. Federal-MS	169.531	-	0,04	-
Superintendência Reg. Pol. Rodov. Federal-PE	-	1.801.109	0,00	(100,00)
Superintendência Reg. Pol. Rodov. Federal-RS	334.464	1.064.491	0,07	(100,00)
Superintendência Reg. Pol. Rodov. Federal-TO	1.038	-	0,00	-
Total	454.673.254	6.421.981.669	100,00	(92,92)

Fonte: Siafi.

Nota 06 – Pessoal e Encargos - DVP

No 2º trimestre de 2020, a rubrica "Pessoal e Encargos" apresentou 14,29% (R\$ 3.769.940 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas, sendo representada, em maior proporção, pela Polícia Federal e pela Polícia Rodoviária Federal, que somaram 89,50% (R\$ 3.374.275 mil), conforme "Tabela 10". Nesse sentido, os mesmos órgãos representaram, na conta Remuneração a Pessoal, 70,07% (R\$ 2.641.547 mil) do saldo da rubrica Pessoal e Encargos.

Tabela 08 – Pessoal e Encargos – Por Órgão

	R\$ milhares			
Pessoal e Encargos	30/06/2020	30/06/2019	AV (%)	AH (%)
Polícia Federal	2.043.626	1.962.305	54,21	4,14
Remuneração a Pessoal	1.616.679	1.583.134	42,88	2,12
Encargos Patronais	357.185	294.421	9,47	21,32
Benefícios a Pessoal	66.060	84.394	1,75	(21,72)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	3.703	357	0,10	938,56
Polícia Rodoviária Federal	1.330.648	1.263.082	35,30	5,35
Remuneração a Pessoal	1.024.868	990.557	27,19	3,46
Encargos Patronais	216.239	182.838	5,74	18,27
Benefícios a Pessoal	89.481	89.549	2,37	(0,08)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	61	139	0,00	(56,11)
Ministério da Justiça e Segurança Pública	209.811	203.487	5,57	3,11
Remuneração a Pessoal	164.515	161.319	4,36	1,98
Encargos Patronais	24.778	23.376	0,66	6,00
Benefícios a Pessoal	14.914	17.371	0,40	(14,14)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	5.604	1.421	0,15	294,32
Fundação Nacional do Índio	179.196	181.301	4,75	(1,16)
Remuneração a Pessoal	156.033	154.472	4,14	1,01
Encargos Patronais	16.816	17.864	0,45	(5,87)
Benefícios a Pessoal	6.015	8.594	0,16	(29,97)
Outras VPD - Pessoal e Encargos	328	371	0,01	(11,56)
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	6.659	6.125	0,18	8,72
Remuneração a Pessoal	5.423	5.088	0,14	6,58
Encargos Patronais	637	547	0,02	16,39
Benefícios a Pessoal	348	344	0,01	1,16
Outras VPD - Pessoal e Encargos	251	145	0,01	72,38
Total Geral	3.769.940	3.616.301	100,00	4,25

Fonte: Siafi.

Nota 07 – Desincorporação de Ativos – DVP

No 2º trimestre de 2020, as "Desincorporações de Ativos" representaram 2,95% (R\$ 778.699 mil) das Variações Patrimoniais Diminutivas consolidadas. A Coordenação Regional da FUNAI de Ji-Paraná/ RO foi responsável por 70,78% (R\$ 551.173 mil) do valor total dessa rubrica, referente aos lançamentos de registros incorretos de reavaliação, de bens imóveis de uso especial, no Sistema de Gestão dos Imóveis de Uso Especial

da União - SPIUnet, em janeiro de 2020. A Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal/ RJ representou 17,61% (R\$ 137.129 mil) do referido montante, sendo:

- a) R\$ 114.760 mil devido a acerto contábil pela baixa de registros em duplicidade, no SPIUnet, de bens imóveis de uso especial; e
- b) R\$ 14.987 mil referente a registro contábil de baixa de "Obras em Andamento", lançados entre 30 de abril e 13 de maio de 2020.

A Coordenação Regional da Funai de Ji-Paraná/RO e a Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal/RJ representaram, portanto, 88,39% (R\$ 688.302 mil) dos registros de "Desincorporações de Ativos" em junho de 2020.

Relativamente a junho de 2019, as "Desincorporações de Ativos" deste segundo trimestre foram menores 84,60% (R\$ 4.278.659 mil), sendo 115,09% (R\$ 4.924.520 mil) desse montante, decorrentes da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amapá.

Tabela 09 - Perdas com Desincorporação de Ativos - por Órgão

Órgão	R\$ milhares	
	30/06/2020	AV (%)
Fundação Nacional do Índio	551.173.021	70,78
Polícia Rodoviária Federal	137.128.875	17,61
Ministério da Justiça e Segurança Pública	65.366.141	8,39
Polícia Federal	12.482.500	1,60
Fundo Nacional de Segurança Pública	8.658.743	1,11
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	1.867.572	0,24
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	1.069.029	0,14
Fundo Penitenciário Nacional	948.574	0,12
Fundo Nacional Antidrogas	5.000	-
Total	778.699.456	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 08 – Demais Receitas Patrimoniais – BO

No 2º trimestre de 2020, a rubrica Demais Receitas Patrimoniais apresentou o saldo de 42,31% (R\$ 828.880 mil) em relação ao total das receitas correntes. A totalidade do saldo decorre da receita de concursos de prognósticos, que são todos e quaisquer concursos de sorteios de números, loterias, apostas, inclusive as realizadas em reuniões hípcas, geridos pela Caixa Econômica Federal. Essas receitas são previstas no artigo 16 da Lei nº 13.756 de 12 de dezembro de 2018.

Em destaque na "Tabela 11" verifica-se que 97,94% (R\$ 811.811 mil) da receita realizada decorre de Loteria de Prognósticos Numéricos.

Verifica-se, também, que o Fundo Nacional de Segurança Pública representou 90,15% (R\$ 747.254 mil) do total da rubrica; e o Fundo Penitenciário Nacional 9,85% (R\$ 81.626 mil).

Tabela 10 – Demais Receitas Patrimoniais – por órgão

Receita Orçamentária Líquida	R\$ milhares	
	30/06/2020	AV (%)
Fundo Nacional de Segurança Pública	747.254	90,15
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	732.687	88,39
Participação da União em Receita de Loteria Federal	4.875	0,59
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	7.689	0,93
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	2.003	0,24
Fundo Penitenciário Nacional	81.626	9,85
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognósticos Numéricos	79.124	9,55
Participação da União em Receita de Loteria Federal	790	0,10
Participação da União em Receitas de Loteria de Prognóstico Específico	1.538	0,19
Participação da União em Receita de Loteria Esportiva	174	0,02
Total	828.880	100,00

Fonte: Siafi.

Nota 09 – Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais – BO

No 2º trimestre de 2020, a rubrica Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais apresentou o saldo de 38,57% (R\$ 755.667 mil) em relação ao total das receitas correntes.

Na análise, a PRF obteve destaque na conta contábil Multas Previstas em Legislação Específica correspondente a 65,54% (R\$ 495.279 mil) do total da referida arrecadação, como evidenciado na "Tabela 11".

A receita líquida orçamentária relativa às multas previstas na legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos, arrecadadas pelo FDDD, as quais têm por finalidade promover ações de reparação e de prevenção de danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos, representaram 31,74% (R\$ 239.829 mil) do total da receita orçamentária com "Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais". Ambas somaram 97,28% (R\$ 735.108 mil).

Tabela 11 - Receitas - Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais

R\$ milhares		
Receita Orçamentária Líquida	30/06/2020	AV (%)
Multas Previstas em Legislação Específica	508.038	67,23
Polícia Rodoviária Federal	495.279	65,54
Polícia Federal	11.190	1,48
Fundo Penitenciário Nacional	801	0,11
Fundo Nacional de Segurança Pública	498	0,07
Fundo Nacional Antidrogas	257	0,03
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	13	0,00
Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos	239.829	31,74
Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	239.829	31,74
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	7.554	1,00
Fundo Penitenciário Nacional	7.526	1,00
Polícia Federal	28	0,00
Multas e Juros Previstos em Contratos	246	0,03
Polícia Rodoviária Federal	245	0,03
Fundação Nacional do Índio	0,4	0,00
Total	755.667	100,00

Nota 10 – Resultado Orçamentário – BO

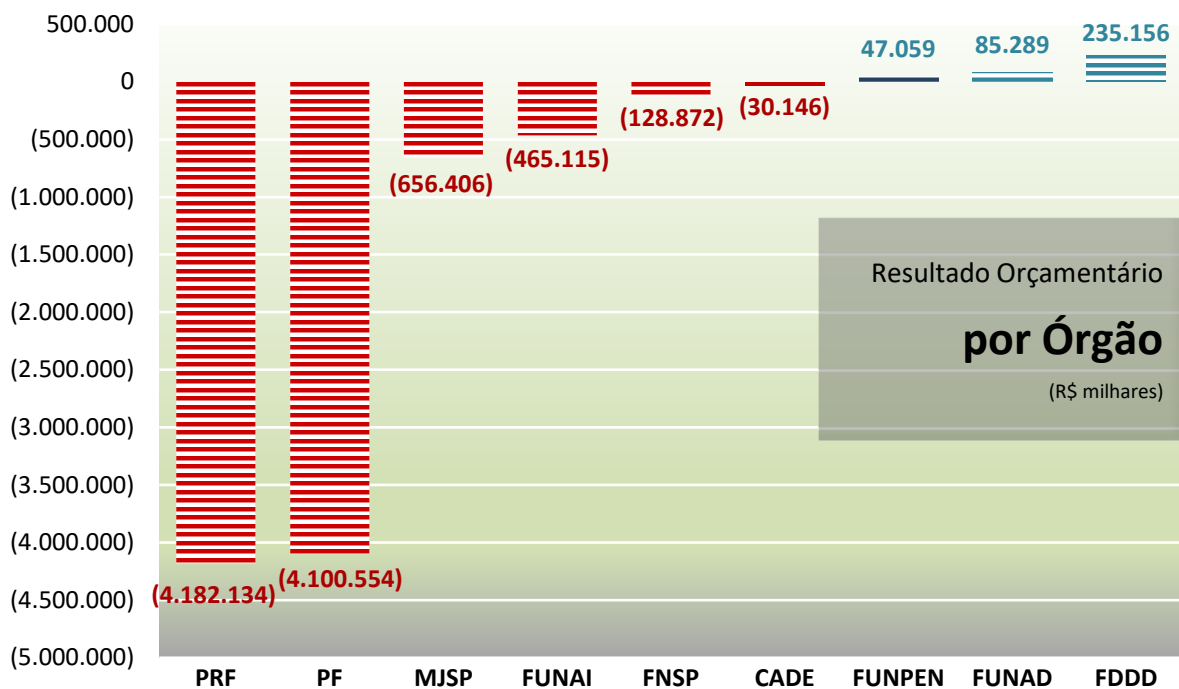
O Resultado Orçamentário é o confronto entre a receita arrecadada e a despesa empenhada. No 2º trimestre de 2020, o resultado orçamentário apresentado pela PRF e pela PF impactaram, respectivamente, 39,52% (R\$ 4.182.134 mil) e 34,11% (R\$ 4.100.554 mil), no déficit de R\$ 9.195.723 mil do MJSP, conforme demonstrado na "Tabela 12" abaixo. Ambos os órgãos somaram 73,63% (R\$ 8.282.688 mil) do resultado total apresentado em junho de 2020.

Tabela 12 – Resultado Orçamentário

R\$ milhares				
Órgão	Receita Orçam. (Líquida)	Despesas Empenhadas	Resultado Orçamentário	AV%
Polícia Rodoviária Federal	500.232	4.682.366	(4.182.134)	55,73
Polícia Federal	186.010	4.286.564	(4.100.554)	31,97
Ministério da Justiça e Segurança Pública	1.274	657.680	(656.406)	5,18
Fundação Nacional do Índio	606	465.720	(465.115)	2,48
Fundo Nacional de Segurança Pública	747.751	876.623	(128.872)	10,60
Conselho Administrativo de Defesa Econômica	16.183	46.329	(30.146)	(3,32)
Fundo Penitenciário Nacional	179.315	132.256	47.059	0,22
Fundo Nacional Antidrogas	85.873	584	85.289	(2,17)
Fundo de Defesa de Direitos Difusos	241.711	6.556	235.156	(0,69)
	1.958.955	11.154.678	(9.195.723)	100,00

Fonte: Siafi.

Figura 05 – Resultado Orçamentário

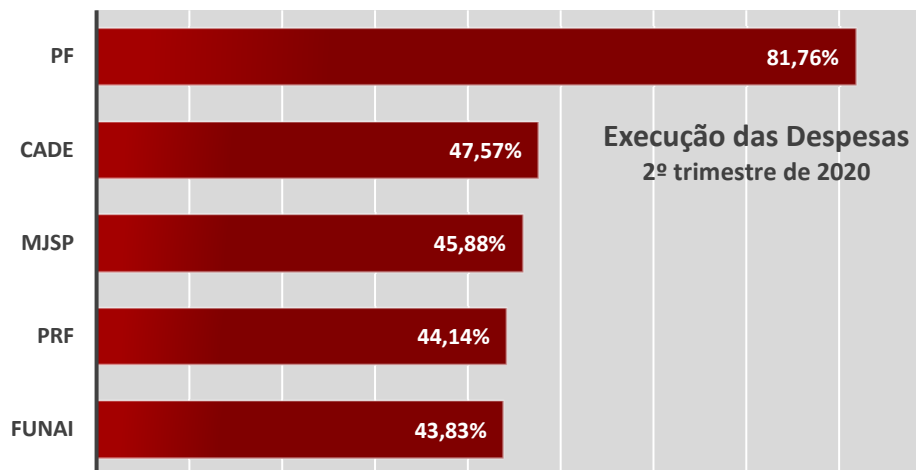


Fonte: Siafi.

Nota 11 – Despesas de Pessoal e Encargos Sociais – BO

Do total das despesas empenhadas com "Pessoal e Encargos Sociais", 59,13% (R\$ 4.816.477 mil) foram efetivamente pagas até o 2º trimestre de 2020, sendo a PF o órgão que obteve a maior execução, ou seja, 81,76%. Em relação às despesas empenhadas, a PRF é responsável pelo maior volume, 49,77% (R\$ 4.054.758 mil), seguido da PF, responsável por 39,58% (R\$ 3.224.004 mil) do total. Ambos os órgãos somaram 89,35% (R\$ 7.278.763 mil). A seguir, a "Figura 6" e a "Tabela 14" evidenciam o percentual das despesas com pessoal e encargos pagos em relação ao empenhado, de cada órgão.

Figura 06 – Execução da Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão



Fonte: Siafi.

Tabela 13 – Despesa de Pessoal e Encargos Sociais – Por Órgão

R\$ milhares

Descrição	DESPESA EMPENHADA	AV (%)	DESPESA EMPENHADA A LIQUIDAR	DESPESA EMPENHADA LIQUIDADA A PAGAR	DESPESA PAGA	AV (%)	EXECUÇÃO (%)
PF	3.224.004	39,58	146.279	441.683	2.636.042	54,73	81,76
Aposentadorias e Pensões	1.189.791	14,61	9.378	228.414	951.999	19,77	80,01
Obrigações Patronais	360.459	4,42	7.739	336	352.383	7,32	97,76
Outras Despesas	64.174	0,79	57.484	1.217	5.473	0,11	8,53
Vencimentos e Vantagens Fixas	1.609.581	19,76	71.679	211.715	1.326.187	27,53	82,39
CADE	11.589	0,14	5.086	991	5.513	0,11	47,57
Aposentadorias e Pensões	553	0,01	178	87	288	0,01	52,21
Obrigações Patronais	1.075	0,01	495	-	580	0,01	53,93
Outras Despesas	963	0,01	388	69	505	0,01	52,47
Vencimentos e Vantagens Fixas	8.999	0,11	4.025	835	4.140	0,09	46,00
MJSP	481.388	5,91	218.199	42.340	220.849	4,59	45,88
Aposentadorias e Pensões	114.834	1,41	43.683	15.860	55.291	1,15	48,15
Obrigações Patronais	51.772	0,64	27.204	4	24.563	0,51	47,44
Outras Despesas	22.264	0,27	13.075	549	8.639	0,18	38,80
Vencimentos e Vantagens Fixas	292.518	3,59	134.236	25.926	132.356	2,75	45,25
PRF	4.054.758	49,77	1.950.399	314.431	1.789.928	37,16	44,14
Aposentadorias e Pensões	1.574.206	19,32	695.033	172.884	706.289	14,66	44,87
Obrigações Patronais	391.898	4,81	177.471	-	214.427	4,45	54,72
Outras Despesas	9.530	0,12	4.414	960	4.156	0,09	43,61
Vencimentos e Vantagens Fixas	2.079.125	25,52	1.073.482	140.587	865.056	17,96	41,61
FUNAI	374.515	4,60	175.889	34.482	164.145	3,41	43,83
Aposentadorias e Pensões	151.238	1,86	59.567	16.575	75.096	1,56	49,65
Obrigações Patronais	37.140	0,46	20.405	1	16.734	0,35	45,06
Outras Despesas	4.188	0,05	2.882	162	1.144	0,02	27,32
Vencimentos e Vantagens Fixas	181.949	2,23	93.034	17.745	71.170	1,48	39,12
Total Geral	8.146.255	100,00	2.495.851	833.927	4.816.477	100,00	59,13

Fonte: Siafi.

Nota 12 – Transferências Intragovernamentais – BF

O Balanço Financeiro apresentado neste relatório inclui as operações entre as unidades integrantes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União no MJSP. Portanto, quando aplica-se as regras de consolidação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, excluindo as referidas operações na extração desse demonstrativo contábil, os saldos das Transferências Intragovernamentais Recebidas e Concedidas apresentam variações significativas, cujas diferenças estão detalhados nas “Tabela 14”, quanto aos ingressos, e “Tabela 15”, quanto aos dispêndios das referidas transferências.

Tabela 14 – Transferências Financeiras Recebidas – Balanço Financeiro

ESPECIFICAÇÃO	Ingressos					
	30/06/2020 (A: Sem Consolidação)	AV%	30/06/2020 (B: Com Consolidação)	AV%	30/06/2020 (A-B)	AV%
Transferências Financeiras Recebidas	23.901.340	100,00	8.083.260	100,00	15.818.080	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	21.526.968	90,07	7.440.396	92,05	14.086.572	89,05
Cota Recebida	7.440.396	31,13	7.440.396	92,05	0	0,00
Repasse Recebido	7.026.663	29,40	316.152	3,91	6.710.511	42,42
Sub-repasse Recebido	7.049.450	29,49	0	0,00	7.049.450	44,57
Repasse Devolvido	2.950	0,01	0	0,00	2.950	0,02
Sub-repasse Devolvido	7.509	0,03	0	0,00	7.509	0,05
Independentes da Execução Orçamentária	2.374.372	9,93	642.864	7,95	1.731.508	10,95
Transf. Recebidas para Pag. de RP	2.144.738	8,97	638.366	7,90	1.506.371	9,52
Demais Transferências Recebidas	13.307	0,06	4.498	0,06	8.810	0,06
Movimentação de Saldos Patrimoniais	216.327	0,91	0	0,00	216.327	1,37

Fonte: Siafi.

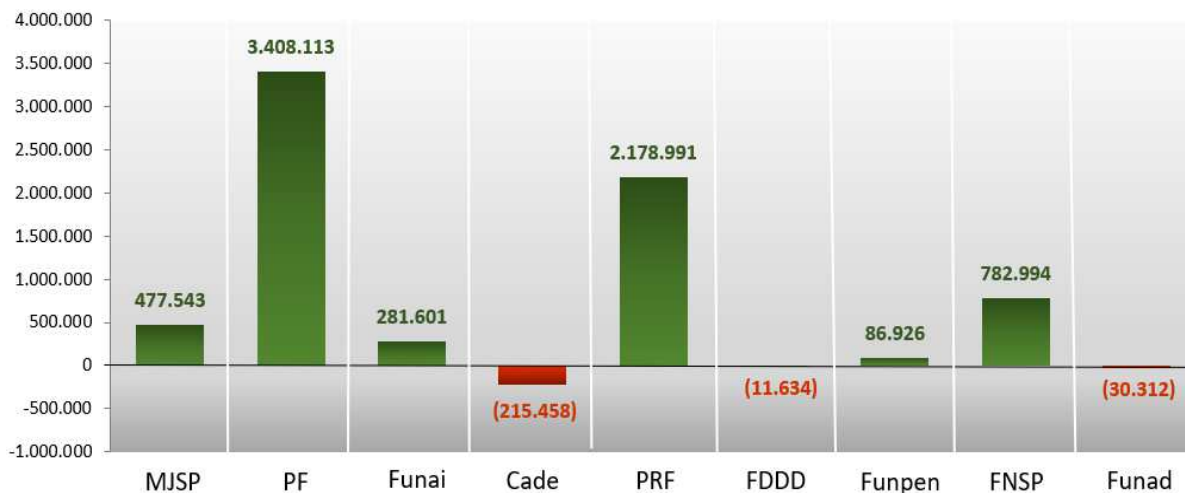
Tabela 15 – Transferências Financeiras Concedidas – Balanço Financeiro

Dispêndios						
ESPECIFICAÇÃO	30/06/2020 (A: Sem Consolidação)	AV%	30/06/2020 (B: Com Consolidação)	AV%	30/06/2020 (A-B)	AV%
Transferências Financeiras Concedidas	16.942.575	100,00	1.124.495	100,00	15.818.080	100,00
Resultantes da Execução Orçamentária	14.145.984	83,49	59.411	5,28	14.086.572	89,05
Repasso Concedido	7.082.127	41,80	55.464	4,93	7.026.663	44,42
Sub-repasso Concedido	7.049.450	41,61	0	0,00	7.049.450	44,57
Cota Devolvida	3.948	0,02	3.948	0,35	0	0,00
Repasso Devolvido	2.950	0,02	0	0,00	2.950	0,02
Sub-repasso Devolvido	7.509	0,04	0	0,00	7.509	0,05
Independentes da Execução Orçamentária	2.796.592	16,51	1.065.084	94,72	1.731.508	10,95
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	1.506.371	8,89	0	0,00	1.506.371	9,52
Demais Transferências Concedidas	8.810	0,05	0	0,00	8.810	0,06
Movimento de Saldos Patrimoniais	1.281.411	7,56	1.065.084	94,72	216.327	1,37

Fonte: Siafi.

Destacamos que os saldos finais das Transferências Intragovernamentais, consolidados de modo a excluir as operações entre as unidades integrantes do Orçamento Fiscal e Seguridade Social da União, estão demonstrados na “Figura 07” a seguir, detalhados por órgão.

Figura 07 – Saldo Final das Transferências Intragovernamentais



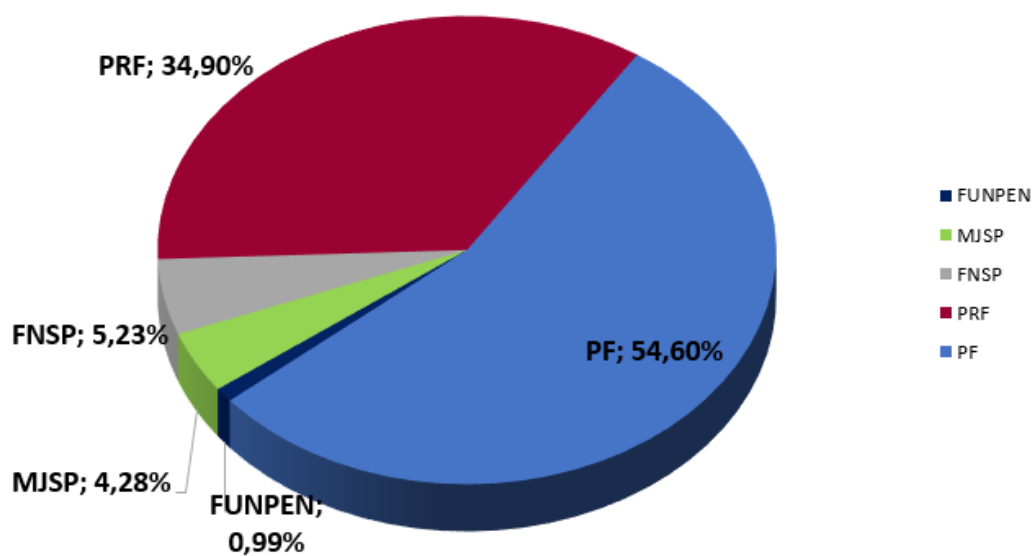
Fonte: Siafi.

Nota 13 – Segurança Pública – DFC

Os dispêndios com despesas de pessoal relacionados à Segurança Pública representaram 14,83% (R\$ 3.731.030 mil), no 2º trimestre de 2020, do total dos desembolsos apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

A PF e a PRF compreenderam, respectivamente, 54,60% (R\$ 2.037.195 mil) e 34,90% (R\$ 1.302.277 mil), somando 89,50% do total dos desembolsos, conforme apresentado na “Figura 8”.

Figura 08 - Segurança Pública - Desembolsos - por órgão



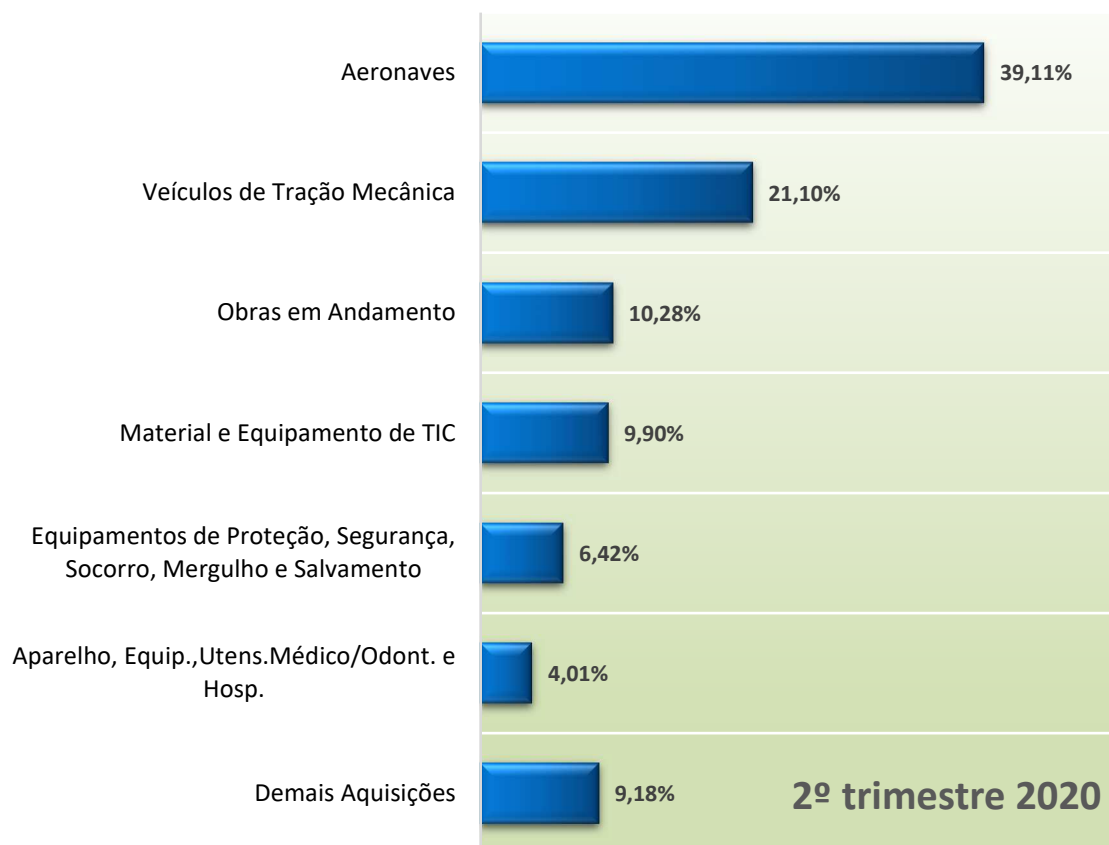
Fonte: Siafi.

Nota 14 – Aquisição de Ativo não Circulante - DFC

As aquisições de Ativo não Circulante integraram 94,22% (R\$ 407.382 mil) dos desembolsos do total dos Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento registradas nas DFC, em junho de 2020, sendo 70,49% (R\$ 287.155 mil) assim registrados:

- a) Aeronaves, 39,11% (R\$ 159.332 mil);
- b) Veículos de Tração Mecânica, 21,10% (R\$ 85.961 mil); e
- c) Obras em Andamento, 10,28% (R\$ 41.863 mil).

Figura 09 –Aquisição de Ativo não Circulante – por item

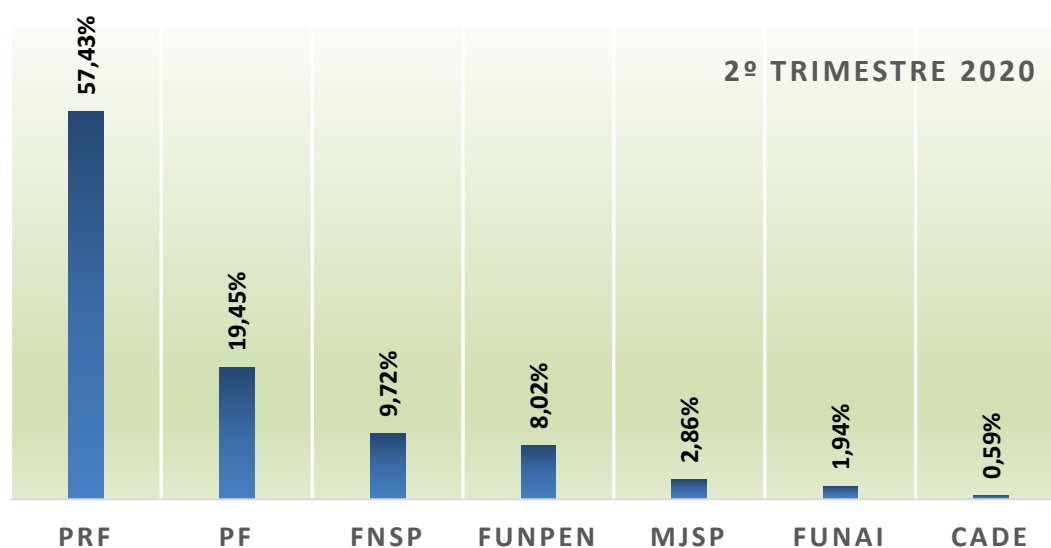


Fonte: Siafi.

A PRF apresentou o maior impacto, destacando-se 38,77% (R\$ 157.929 mil) do total da conta Aquisição de Ativo Não Circulante com a aquisição de aeronaves. Nesse sentido, a PF representou o maior valor em relação as aquisições na área de obras em andamento, somando 5,17% (R\$ 21.075 mil) do total da conta Aquisição de Ativo Não Circulante.

Cabe ressaltar que a PRF e a PF foram responsáveis por 76,88% (R\$ 313.182 mil) do total das Aquisições de Ativo Não Circulante, cujos valores corresponderam, respectivamente, a 57,43% (R\$ 233.939 mil) e 19,45% (R\$ 79.242 mil), como observado na "Figura 10".

Figura 10 – Aquisição de Ativo não Circulante – Por Órgão



Fonte: Siafi.

Nota 15 – Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL

Nas Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do Ministério da Justiça e Segurança Pública, com relação aos "Ajustes de Exercícios Anteriores", os quais corresponderam a 0,12% (R\$ 133.712 mil) do saldo final da DMPL no 2º trimestre de 2020, 111,54% (R\$ 149.148 mil) foram referentes à convênios e instrumentos congêneres a pagar; sendo 111,44% (R\$ 149.010 mil) do saldo total da referida rubrica registrados no Funpen.

No que se refere a reserva de reavaliação de ativos, correspondente a R\$ 16.843 mil do saldo final da DMPL em junho de 2020, 83,12% (R\$ 14.000 mil) foram destinados para equipamentos de áudio, vídeo e foto; sendo 122,34% (R\$ 20.605 mil) constituídos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do MJSP.

O déficit de R\$ -278.228 mil apresentado no resultado do exercício, até junho de 2020, o qual representou -0,24% (R\$ -278.228 mil) do saldo patrimonial líquido, foi impactado principalmente por:

- "Transferências e Delegações Recebidas Intragovernamentais" corresponderam a 91,60% (R\$ 23.901.340 mil) das ações patrimoniais aumentativas; e

- "Transferências e Delegações Concedidas Intragovernamentais", "Remuneração a Pessoal" e "Benefícios Previdenciários e Assistenciais"; correspondentes, respectivamente, a 64,24% (R\$ 16.942.810 mil), 11,25% (R\$ 2.967.517 mil) e 8,36% (R\$ 2.204.517 mil), somando 83,86% (22.114.845 mil) das variações patrimoniais diminutivas.

O saldo restante de R\$ 115.001.987 mil, do início do exercício de 2020, foi proveniente de exercícios anteriores, não sendo objeto desta análise.